

O medo do retorno do medo: Um ponto de inflexão no programa das UPPs¹

Christina Vital da Cunha

Professora da UFF

Este artigo objetiva refletir sobre o estabelecimento de um ponto de inflexão na cobertura midiática sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Essa transição evidenciaria uma mudança nos sentimentos e nas expectativas dos moradores do Rio de Janeiro com a política de segurança pública implantada no estado, apresentada pelas autoridades e divulgada na grande imprensa como a mais eficaz até então. A análise toma como objeto matérias dos jornais *O Globo* e *Extra* sobre as favelas da Coroa, Fallet e Fogueteiro, no Centro do Rio, entre janeiro de 2007 e outubro de 2011, e mostra como episódios de violência fizeram brotar o medo do retorno do medo.

Palavras-chave: UPPs, mídia, favelas, segurança pública, insegurança adormecida

The article **The Fear of the Return of Fear: A Turning Point in the UPP Program** aims to reflect on the establishment of a turning point in the media coverage of the Pacification Police Units (UPPs). This transition would demonstrate a change in the feelings and expectations of Rio de Janeiro residents related to the public security policy implemented in the state, presented by the authorities and promoted in the mass media as the most effective to date. Articles published between January 2007 and October 2011 in the *O Globo* and *Extra* newspapers about the favelas of Coroa, Fallet and Fogueteiro in downtown Rio are analyzed, showing how episodes of violence brought about the fear of the return of fear.

Keywords: UPP, mass media, favelas, public security, asleep insecurity

Introdução

Em 25 de junho de 2011, policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Coroa, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, faziam uma ronda pelas ruas da favela quando foram atingidos por uma granada, arremessada por traficantes. Todos os policiais ficaram feridos. Um deles, mais gravemente: teve as pernas amputadas. A mutilação do policial remetia ao cenário de “guerra” tão presente no noticiário sobre o Rio nos anos 1990 e 2000².

Neste artigo, tenho como objetivo refletir sobre o estabelecimento de um ponto de inflexão na cobertura midiática sobre as UPPs, que evidenciaria uma mudança nos sentimentos e nas expectativas dos moradores da cidade com a política de segurança pública, antes apresentada pelas autoridades, e divulgada na grande imprensa, como a mais eficaz no combate à criminalidade e para a produção da sensação de segurança até então implementada no estado do Rio de Janeiro. O re-

Recebido em: 01/04/2014

Aprovado em: 18/06/2014

1 Este trabalho é parte da pesquisa “Virtudes e limites das UPPs: Uma avaliação socioantropológica”, coordenada por Luiz Antonio Machado da Silva com recursos do Programa Prioridade Rio, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

2 Sobre a metáfora da guerra e o cotidiano de insegurança e medo dos moradores das favelas e bairros formais da cidade do Rio de Janeiro, ver Leite (1997); Machado da Silva (2008); Soares (1996), entre outros.

3 Ver Fridman (2014), integrante deste mesmo dossiê.

4 Sobre as críticas dos moradores de favelas às UPPs, ver Rodrigues et alii (2012). Sobre as sistemáticas insatisfações e contrapontos ideológicos produzidos por policiais militares lotados nas UPPs, ver Musumeci et alii (2013).

5 No período da pesquisa, havia três UPPs cobrindo um conjunto de favelas localizadas entre o Centro e o bairro turístico de Santa Teresa, o que revela a importância estratégica dessa área no novo modelo de cidade de que as UPPs são parte (MACHADO DA SILVA, 2010; RIBEIRO e SANTOS JÚNIOR, 2013). Trata-se das UPPs dos Prazeres e Escondidinho; São Carlos e Mineira; e Coroa, Fallet e Fogueteiro. Essas favelas fazem limite com espaços turísticos, como o Sambódromo, com vias importantes, como o elevado que desemboca no túnel Santa Bárbara (que dá acesso à Zona Sul), com a localidade chamada Cidade Nova, na qual estão sediados a Prefeitura, prédios de empresas privadas e outros que simbolizam a modernização do atendimento do Estado, como o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

6 No entanto, para sustentar a análise a que me proponho neste artigo, reuni reportagens veiculadas nos mesmos veículos em período posterior: setembro e novembro de 2012.

7 Para análises em conexão com o tema, ver Silva (2010 e 2011); Ramos e Paiva (2007); Kant de Lima et alii (2000); Lopes et alii (2005); Felix (2012); Aguiar (2006); Borba (2008); Miguel (2004).

8 Sobre a UPP do Morro Santa Marta, ver Rocha e Palermo e Menezes (2014), ambos os textos neste dossiê.

ferido evento de violência em particular, e os demais que se seguiram, fizeram brotar o que estou chamando de “medo do retorno do medo”. Assim, os veículos de comunicação analisados, além dos jornais televisivos, produziram matérias destacando uma eclosão da sensação de insegurança até então aparentemente adormecida. A “cidade pacificada”³ parecia estar em cheque com a publicização, na mídia de massa, de críticas de moradores de favelas e praças da política militar sobre o cotidiano nessas unidades⁴.

O material que sustenta essa análise baseia-se em reportagens de dois jornais impressos: um de circulação nacional, *O Globo*, e outro de circulação local, *Extra*, no período de 01/01/2007 a 31/10/2011, sobre as favelas Coroa, Fallet e Fogueteiro – todas localizadas na área central da cidade⁵. Estabeleci três marcos temporais de análise: 1) antes e depois da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora nessas favelas; 2) da inauguração da UPP local até o episódio particular de violência; e 3) o período posterior ao episódio, até 31 de outubro de 2011⁶.

O investimento na análise do material jornalístico produzido sobre as UPPs deve-se a nossa compreensão “de que os meios de comunicação de massa podem ser apontados, na atualidade, como uma das principais instâncias sociais responsáveis pela produção de sentido” (VERÓN apud AGUIAR, 2006, p. 73). Os efeitos provocados pela ação da mídia no âmbito político e social são alvo de inúmeros estudos e controvérsias⁷. Em nossa compreensão, as mídias não são produtoras da “realidade” ou da vida social. No entanto, agem como elemento central na sintetização e difusão de agendas e contextos, transformando-se, hoje, em uma importante fonte complementar para a análise de políticas públicas (seus contextos de formação e as mudanças nela operadas), da violência e da sociabilidade.

Uma granada no policial, uma bomba na sensação de segurança

A UPP do Morro da Coroa foi implementada em 25 de fevereiro de 2011. Pouco mais de dois anos depois da implementação da primeira UPP, no Morro Santa Marta, Botafogo, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro⁸.

Utilizarei, ao longo do texto, a expressão “implementada” como forma de criticar e chamar atenção para o termo mais corrente utilizado na mídia e pelos gestores públicos que é “implantada”. O termo “implantada” guarda forte aderência com o jargão médico sugerindo que esta ação pública seria inspirada ideologicamente em concepções da medicina social e, de modo mais radical, ao higienismo que dominava as ações em torno da ordem pública ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX nas cidades brasileiras, com destaque para o Rio de Janeiro. Sendo assim, o termo “implantada” sugere que o poder público atua para o pleno funcionamento (dos órgãos no) local. Seguindo essa chave interpretativa, somos impedidos a considerar que o “implante”, sendo um corpo estranho, pode ter aceitações distintas conforme o organismo por ele atingido. As “aceitações distintas” do “implante” das UPPs sugerido pelas autoridades públicas em seus pronunciamentos resultariam do que essas mesmas autoridades declaram como “particularidade de cada favela”. Nessa chave interpretativa, a “particularidade de cada favela” seria responsável pela variedade de resultados da operação policial, em particular, e da política pública, de modo mais geral⁹. Desse modo, as UPPs podem ser “aceitas pelo organismo”, podem ser “rejeitadas” por ele ou podem, simplesmente, não desempenhar plenamente as suas funções. No mais das vezes, o recurso à ideia de pluralidade de organismos afetados explicaria os diferentes resultados evitando (ou tentando evitar) críticas mais contundentes em torno da própria concepção dessa política ou do modo como ela vem sendo realizada. Ao longo do texto serão analisadas situações que nos possibilitam avançar, ainda que não conclusivamente, nessa análise e nas diferenças que guardam as UPPs na cidade.

De 01/01/2007 a 31/10/2011, para o conjunto de favelas da Coroa/Fallet/Fogueteiro, foram coletadas 123 matérias¹⁰.

9 Acompanhei duas reuniões dos fóruns UPP Social em 2012, uma no Cantagalo (Copacabana) e outra no Morro dos Macacos (Vila Isabel), nas quais essas noções de singularidade das favelas e do funcionamento de cada UPP foram insistentemente destacadas pelos gestores públicos ali presentes. A respeito dos fóruns, ver o site oficial do programa UPP Social: www.uppsocial.org/programa/

10 As reportagens coletadas entre setembro e novembro de 2012 somam 14.

Tabela 1: Total de matérias coletadas sobre a UPP da Coroa

Veículos	Período: 01/01/2007 a 31/10/2011
<i>O Globo</i>	62
<i>Extra</i>	61
Total de matérias veiculadas	123

Antes da implementação da UPP da Coroa/Fallet/Fogueteiro (entre 01/01/2007 a 24/02/2011) os jornais *O Globo* e *Extra*, juntos, produziram 56 matérias. Dessas, mais de 90%¹¹ se inscreviam na temática da segurança, enfatizando situações de violência policial e dos traficantes de drogas, corrupção policial, “guerra” entre facções, uso de granadas por traficantes em fuga nas favelas, medo, prisão de traficantes, “bala perdida”, apreensão de drogas, mortes. Nos destaques lê-se: “Guerra na Mineira” (*Extra*, 19/04/2007); “Guerra do Rio” (*Extra*, 31/05/2007); “Casas destruídas após troca de tiros – guerra de traficantes causa incêndio” (*Extra*, 07/04/2008); “Polícia sobe morro e mata 8” (*Extra*, 03/04/2009); “Em Santa Teresa, bandidos jogam granadas contra os PMs” (*O Globo*, 03/04/2008); “Chefe do tráfico na Coroa é preso” (*O Globo*, 27/01/2010); etc.

Depois da UPP do Morro Santa Marta, a primeira na cidade, as matérias passaram a anunciar de modo festivo a inauguração de cada uma das novas unidades, marcando a novidade que essas ações representariam em relação às implementadas em gestões anteriores. Sobre este ponto, o *Extra* anunciava:

Oculto na multidão que tenta abraçar o policiamento comunitário para chamar de seu, o secretário nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, é o maior incentivador do novo formato que o Rio começa a adotar (...)

– Acho que as pessoas ainda não estão percebendo a força que isso vai ter para mudar a história do Rio. Acho que o Mariano (José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública) encontrou o jeito de mudar a cidade. Se continuar dessa forma, ele acendeu a primeira luz no fim do túnel da segurança pública. O apoio será total, como sempre foi, mas agora triplicado, porque ele encontrou a ponta do fio do novelo que vai resolver o drama da segurança – explica Balestreri (*Extra*, 25/7/2009).¹²

11 Uma matéria no *Extra* e quatro em *O Globo* destacavam o empreendedorismo dos moradores das favelas e os programas de urbanização. Para além dessas, oito reportagens (quatro em cada jornal) tratavam de situações ligadas à segurança pública, mas davam ênfase às UPPs como um modelo a ser seguido como política pública capaz de acabar com os episódios rotineiros de violência na cidade. Nesse sentido, representariam uma abordagem positiva nessa temática mais geral.

12 A busca das matérias foi realizada no programa do Centro de Documentação e Informação (CDI) do jornal *O Globo*, que não disponibiliza link de acesso, tal qual quando na internet. Por isso cito apenas o nome do veículo e a data de cada matéria.

Outras matérias anunciavam a chegada das UPPs em favelas no centro da cidade e na Zona Norte, oferecendo detalhes sobre eventos futuros.

Favelas em volta de Santa Teresa serão ocupadas até segunda. Três UPPs estão previstas para as nove comunidades. As favelas que ficam no entorno de Santa Teresa começarão a ser pacificadas até segunda-feira. A novidade foi contada ontem pelo governador Sérgio Cabral. Este é o primeiro passo para a instalação de três Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que cobrirão nove comunidades em Santa Teresa, Catumbi e Rio Comprido e beneficiando diretamente 20 mil moradores. A pacificação da região vai abranger parte do Centro e do Estácio. Entre as favelas a serem ocupadas estão Mineira, São Carlos, Fallet, Escondidinho, Fogueteiro, Coroa, Zinco e Prazeres. A região de Santa Teresa fecha praticamente um cinturão de segurança que engloba os bairros da Tijuca e do Centro, uma vez que sete UPPs já foram instaladas por lá, do total das 14 unidades da capital. Por receber muitos turistas, Santa Teresa tem como índices mais expressivos os roubos e os furtos (Extra, 02/02/2011).

Traficantes já circulam desarmados

Mudança é observada um dia depois do anúncio de ocupação no complexo de Santa Teresa. O Caveirão e outros veículos do Batalhão de Choque da PM num dos acessos ao Morro de São Carlos: prontos para a ocupação (O Globo, 03/02/2011).

Falta um dia para a pacificação

Operação de tomada dos morros pela polícia está marcada para amanhã. Blindados da Marinha serão usados (Extra, 05/02/2011).

A guerra do Rio

A liberdade é azul. Sem tiros, estado ocupa nove favelas no Centro e em Santa Teresa para instalar UPPs. Sem troca de tiros, sem feridos e sem violência. Foi desta forma, numa ação integrada com as Forças Armadas, que as polícias ocuparam, em menos de duas horas, nove favelas no Complexo de São Carlos e em Santa Teresa. A operação precede a instalação de três Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que irão beneficiar diretamente cerca de 20 mil moradores da região e, indiretamente, 500 mil pessoas que transitam nos 17 bairros próximos a esses morros, que ficam entre o Centro, a Zona Norte e a Zona Sul (O Globo, 07/02/2011).

Sobre o Morro da Coroa e outros nas zonas Norte e Central, as matérias que se seguiam à inauguração da UPP enfatizavam as mudanças como radicais. Destacavam o aumento na qualidade de vida da população e as iniciativas de regularização de práticas locais, que deveriam ser todas revistas a fim de se adequarem a padrões de legalidade similares aos que regem o cotidiano dos demais cidadãos. A radicalidade anunciada com a chegada das unidades era contraposta ao período pré-UPP, quando o domínio armado de traficantes inviabilizaria o acesso à população local de melhorias estruturais (“urbanização”) e de variados serviços públicos e privados. Doravante, eles seriam oferecidos aos moradores dessas favelas pela UPP Social, programa criado e inicialmente gerido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro com vistas ao estabelecimento de ações conjuntas das diferentes secretarias para o oferecimento de serviços públicos e/ou para a facilitação de serviços privados nas favelas com UPP. Posteriormente, foi assumido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, estando vinculado ao Instituto Pereira Passos. O site do programa diz que ele objetiva a “promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por Unidades de Polícia Pacificadora”. (HENRIQUES e RAMOS, 2011).

Para marcar a implantação da UPP Social nos morros Fallet, Foguetiro, Coroa, Escondidinho e Prazeres, foi realizado ontem na quadra de esportes do Escondidinho, o Fórum UPP Social Santa Teresa. O programa é executado pelo Instituto Pereira Passos com o suporte da ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) e leva projetos sociais e de urbanização às comunidades pacificadas. Para as comunidades de Santa Teresa estão previstas obras urbanísticas, de saneamento, iluminação, além da restauração de prédios públicos do local, como escolas e postos de saúde (O Globo, 21/05/2011).

Moradores de três favelas pacificadas ganham clínica da família da Prefeitura

O secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, reforçou ontem o pedido para que o poder público e a iniciativa privada apoiem, com serviços e projetos sociais, as áreas já pacificadas da cidade (O Globo, 25/05/ 2011).

Choque de ordem: Rio cortará fiação ilegal em postes. Light será autorizada a eliminar fios elétricos clandestinos em favelas pacificadas, a começar pelo Morro do Borel

Por Marcelo Dias.

Depois da pacificação e da chegada de serviços públicos e comerciais, é hora de se cobrar a fatura. A prefeitura se prepara para retirar as ligações clandestinas de energia nas 18 favelas que já receberam UPPs. A meta é legalizar as relações de consumo dos moradores e acabar, principalmente, com os “gatos” de luz. De acordo com o secretário de Conservação e Serviços Públicos, Carlos Roberto Osório, o novo choque de ordem deve começar dentro de 30 dias pelo Morro do Borel, na Usina (O Globo, 27/06/2011).

Uma série de reportagens do jornal *Extra*, intitulada “O Rio pode dar certo”, do repórter Camilo Coelho e do fotógrafo Pablo Jacob, apresentou detalhadamente o dia a dia da UPP no Santa Marta, favela que acompanharam diariamente durante um mês e meio. Os textos contrapõem o que o repórter encontrou ali com a rotina de moradores de favelas não “pacificadas” como o Morro da Coroa, destacando a circulação de traficantes armados. O governador Sérgio Cabral, convidado a se manifestar, disse:

As UPPs, junto com os investimentos sociais, representam uma mudança radical de qualidade de vida, de dignidade. É um movimento sem retorno. Até o fim do ano, outras comunidades serão pacificadas (Extra, 26/07/2009).

Com um formato de diário dos principais afetados pelas mudanças – moradores, funcionários das empresas prestadoras de serviços básicos e policiais –, a série de reportagens afirmava haver um “divisor de águas” na vida das favelas ocupadas por UPPs. A apresentação do cotidiano parecia visar à ratificação da importância da “pacificação”. Com isso, era importante enfatizar o contraponto entre as vidas do policial “em guerra” no Morro da Coroa antes da inauguração da UPP, e a do policial do Santa Marta, já “pacificado”.

O relógio marcava 5h de ontem quando o inspetor Leonardo da Silva Torres, conhecido como Trovão, 45 anos de idade e 21 de Polícia Civil, acordou para mais um dia de trabalho. Como combinado no dia anterior, seu destino seria uma favela da cidade. Torres saiu do Méier, mas passou primeiro na Delegacia de Combate às Drogas (Dcod), no Centro, onde encontrou os colegas de trabalho. Eles pegaram os carros da polícia e saíram em comboio para trabalhar. Eram 6h45 quando os 20 homens da Polícia Civil chegaram ao Morro da Coroa e, sob um céu que anunciava tempestade, foram recebidos com uma chuva de tiros. Era mais um dia comum numa favela dominada pelo tráfico.

– A gente é mal recebido pelos bandidos, mas sei que os moradores gostariam de apoiar a polícia. Pena que não podem – lamentou o inspetor Torres. (...)

O relógio marcava 6h quando o funcionário da Light Sílvio Laurentino da Silva, de 30 anos, acordou para mais um dia de trabalho. O destino, uma favela da cidade. Sílvio passou primeiro na garagem da Light, em Mesquita, encontrou os colegas de trabalho, pegou o caminhão e saiu para trabalhar. O relógio marcava 7h30 quando a equipe da Light chegou no Morro Dona Marta. Os funcionários foram recebidos com sorrisos. Era mais um dia comum nas favelas dominadas pela Polícia Militar.

– A gente é bem recebido pela comunidade quando chega. Antigamente, a Light não conseguiria fazer esse trabalho – elogia Sílvio (Extra, 25/07/2009).

Além de focar a mudança na condução das ações rotineiras dos moradores, as reportagens apresentavam as UPPs como a possibilidade de transformar gerações, de “civilizar” os moradores das favelas da cidade. Assim, enfatizavam que as crianças deixariam de ter no crime e nos criminosos seus referenciais de conduta, passando a pautar suas vidas pela ordem institucional-legal que se estabelecia na localidade, que teria nos policiais lotados nas UPPs a sua face mais visível. Uma das matérias em tom positivo apresentava: “No lugar do fuzil, livros na escola. Geração do Dona Marta não vai mais ouvir tiros”.

Desde o início do programa, o segmento infanto-juvenil emergia como foco da atenção do comando das UPPs, por ser considerado o mais suscetível à identificação com os traficantes locais¹³. Nesse sentido, nos anos iniciais, foram realizados pelo governo eventos musicais e esportivos nas localidades “pacificadas” com a presença de celebridades, buscando dar visibilidade a situações de integração entre jovens moradores de favelas que antes da “pacificação” sofriam com o domínio armado de traficantes de facções rivais.

Além dessas, destaco outras iniciativas, como os Torneios da Pacificação, organizados pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope), que, segundo o comando da Polícia Militar, conformava uma “competição com o objetivo de integrar as comunidades através do esporte”¹⁴. O I Torneio da Pacificação ocorreu no Morro do Borel, em maio de 2010. O II Torneio teve lugar no Morro da Mineira, tendo a participação de mais de 150 crianças e jovens residentes dos morros da Coroa, Fallet, Fogueteiro e Querosene, organizados em oito times de futebol soçaite. Os torneios concederam medalhas, troféus e brindes. A Cruz Vermelha apoiou o evento, que contou com a distribuição de cestas básicas, kits para os competidores, oferecimento de serviços de saúde e lanches aos atletas. O torneio contou ainda com a apresentação da peça de teatro do Proerd contra drogas, e ganhou intensa cobertura da mídia, pois teve a presença do ex-jogador Ronaldo Fenômeno.

Fim da rivalidade: Um apoio fenomenal à paz

O ex-jogador Ronaldo participa de torneio de futebol organizado pelo Bope com crianças da Mineira e do São Carlos (...)

– Recebi o convite do próprio Bope e resolvi prestigiar esse evento. O projeto de pacificação está funcionando muito bem, é fantástico. É bom demais ver a criançada feliz, brincando, num lugar sem violência, sem tráfico de drogas. Eu sou carioca, gosto de ver o Rio assim – disse o ex-jogador (Extra, 01/05/ 2011).

É tempo de paz

Rivalidade apenas no campo. Bope promove torneio de futebol para aproximar jovens dos morros da Mineira e do São Carlos (Idem).

13 Ver Ramos e Musumeci (2005); Soares (2000); Zalar (2004); Velho e Alvito (2000); Cunha e Feltran (2013); entre outros.

14 <http://noticias.terra.com.br/brasil/rj-bope-promove-ii-torneio-da-pacificacao-no-sao-carlos,7a790970847ea310VgnCLD200000bbcc eb0aRCRD.html>

15 Expressão utilizada com frequência pela mídia e pelos policiais para qualificar os que guardam alguma identidade presumida com criminosos. A frase rotineiramente apresentada na mídia, “Eram considerados suspeitos pelos policiais”, guarda então essa elipse que ocultaria os mais variados tipos criminais (RAMOS e MUSUMECI, 2005)

16 Há diferenças editoriais significativas entre um veículo e outro, mas, nos limites deste artigo, não poderão ser devidamente abordadas. De modo geral, segundo pesquisa de mercado encomendada à Ipsos, a Infoglobo (*O Globo*, *Extra* e *Expresso*) tem 75% do maior mercado de leitores de jornais do país, o Rio de Janeiro. Noventa e dois por cento dos leitores do jornal *Extra* são da classe B e C e 60% dos leitores têm entre 20 e 49 anos de idade; é o jornal de maior circulação aos domingos, com quase 3 milhões de leitores (320 mil somente na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro). Já *O Globo* tem 78% de seus leitores nas classes A e B. Ele aparece como o “preferido entre os formadores de opinião” (Ipsos/Marplan, abril de 2010 a mar de 2011). Seus leitores estão divididos de modo equânime entre as faixas etárias, com pequena elevação entre os de 60 anos ou mais, com 22%. As diferenças no perfil socioeconômico dos leitores impacta na edição das matérias: em *O Globo* há muitos comentaristas e as reportagens são, no geral, mais extensas do que no *Extra*. O vocabulário também é distinto em um e em outro veículos, assim como seus temas mais recorrentes.

17 Outros policiais feridos em UPPs não tiveram esse tratamento, segundo matérias veiculadas no *O Globo* e no *Extra* no período posterior a esse evento na Coroa.

O momento da virada

Ao longo dos meses de maio e junho de 2011, foram poucas as matérias veiculadas sobre os morros da Coroa, Fallet e Fogueteiro nos veículos pesquisados. Até que, em 25 de junho de 2011, quatro policiais militares da UPP local, que seguiam em patrulhamento pela favela, abordaram um grupo considerado “suspeito”¹⁵. O grupo teria partido em fuga, sendo perseguido pelos policiais. Na fuga, os “suspeitos” arremessaram contra os policiais uma granada, ferindo-os. Um deles foi mutilado e teve as pernas amputadas: uma imediatamente e a outra no hospital, em decorrência de grave infecção. A partir de 26 de junho de 2011 (intensamente até setembro do mesmo ano), uma sequência de matérias sobre a UPP da Coroa foi veiculada nos jornais *Extra* e *O Globo*. No primeiro foi possível observar reportagens com conteúdo mais crítico na comparação com o que foi divulgado em *O Globo*¹⁶. Por exemplo, no *Extra* falava-se de modo aberto e dramático sobre o episódio: foram entrevistados colegas e familiares do soldado PM mutilado no evento crítico em que se transformou o “ataque aos policiais”; o caráter pacato do policial foi ressaltado; parentes e amigos diziam que ele era do interior e temeu por sua vida ao ir servir na cidade do Rio de Janeiro; etc.

O apelo público e a singularidade do evento podem ser atestadas pela visita do secretário de Segurança do estado, José Mariano Beltrame aos policiais feridos, internados no Hospital da Polícia Militar¹⁷, realizada na madrugada do evento. Dois dias depois do “ataque”, o *Extra* passou a tratar do que não se noticiava na grande imprensa até aquele momento, a saber, as precárias condições de trabalho dos policiais. Levantaram, com isso, uma crítica à seriedade do programa e ao reduzido investimento financeiro realizado para a sua implementação.

Granada contra policiais: Estratégia bombardeada

Ataque a PMs expõe críticas sobre as condições de trabalho e a tática usada pela polícia nas áreas pacificadas do Rio. O ataque a três policiais militares no Morro da Coroa, uma das 18 áreas pacificadas da cidade, sábado à noite, abriu uma ferida no processo de levar a paz às regiões violentas do Rio com a instalação de

UPPs. De um lado, estão policiais insatisfeitos com as condições de trabalho, com o número reduzido do efetivo. Do outro, está a cúpula da segurança, que vê o episódio como um fato isolado que aconteceu no complexo de São Carlos (Extra, 27/06/2011).

Colegas dos policiais feridos, que atuam nos morros de Coroa, Fallet e Fogueteiro, fazem questão de ressaltar o clima de insegurança nas comunidades. Segundo eles, são apenas seis policiais na Coroa e 11 no Fogueteiro. A base da UPP fica na Fallet. Há outra unidade no São Carlos, para os morros da Mineira, do Zinco e do Querosene.

– Não temos fuzil nem base. Ficamos ao relento dia e noite. Incurções são feitas a pé e as nossas únicas armas são uma pistola 40 e spray de pimenta, o que é insuficiente numa troca de tiros. Os bandidos ficam de fuzil nos vigiando do alto do morro – denunciou um policial.

– A Coroa e o Fogueteiro não são áreas pacificadas. São os bandidos que nos vigiam aqui dentro. Uma moradora disse que ouviu tiros de fuzil durante o confronto e duas explosões de granada. Aqui, eles não ficam só olhando – relatou outro policial (Extra, 27/06/2011).

Reportagens sequenciais enfatizavam o que era anunciado como uma fragilidade no trabalho policial, indicando que episódios como aquele poderiam se repetir. Inclusive já tinha havido uma tentativa, sem que a imprensa na época desse destaque.

O coronel Robson Rodrigues lembrou que esse não foi o primeiro episódio em que policiais lotados em UPPs enfrentaram bandidos com granadas. Até então, o incidente considerado mais grave pela PM havia ocorrido no Morro da Andaraí. Na madrugada do dia 7 de março deste ano, Wellington dos Santos de Souza, de 18 anos, morreu baleado por PMs na localidade conhecida como Jamelão. Na versão dos policiais, Wellington teria ameaçado lançar uma granada contra soldados que tentavam revistá-lo. Ele foi atingido por dois tiros na barriga no primeiro auto de resistência em comunidades pacificadas (O Globo, 27/06/2011).

Violência: Sem colete e com medo na UPP. Temor de ataque do tráfico atinge 54% dos policiais envolvidos na pacificação. E ainda falta equipamento

Os policiais da UPP dos morros da Coroa, Fallet e Fogueteiro – a mesma onde três soldados ficaram feridos após o lançamento de uma granada por traficantes no último sábado – não trabalham com o colete apropriado e criticam o tipo de armamento que usam no dia a dia. Ouvidos ontem pelo *Extra*, diversos PMs lotados na Coroa revelaram temer novos ataques. Em pesquisa feita nas nove primeiras UPPs pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), o medo de sofrer ataques do tráfico atinge 54% dos agentes (...). Segundo o Cesec, 94% dos policiais das nove primeiras UPPs acham necessário usar o fuzil no dia a dia, principalmente devido à presença de traficantes e armas na favela. A pesquisa apontou que, entre os policiais estudados, predomina a visão do personagem “capitão Nascimento”, do filme *Tropa de elite*, em vez de um policiamento de proximidade, como o pretendido pelo processo de pacificação, em que o fuzil precisa ser abolido para o sucesso da própria UPP (*Extra*, 28/06/2011).

Antes do episódio no Morro da Coroa, as matérias veiculadas enfatizavam mudanças avaliadas como positivas nas áreas com UPPs: aumento da sensação de segurança, a valorização dos imóveis, a diminuição das mortes por arma de fogo, o alcance da ordem pública¹⁸. Posteriormente, em jornais impressos e televisivos, reportagens sobre episódios de violência nas cercanias de favelas com UPPs se tornaram frequentes¹⁹. A insegurança adormecida e o medo do retorno do cenário anterior de “guerra” ressurgiram na cidade, segundo o que a mídia destacava em suas matérias, a partir do bombardeio aos policiais na Coroa, em junho de 2011. Sendo assim, o tema da “guerra” e das incursões policiais em busca de traficantes nas favelas com UPPs reconquistou a agenda midiática, conforme podemos constatar nas manchetes e títulos de matérias: “Incerteza e medo rondam moradores da região” (*Extra*, 12/09/2011); “Pacificação: A velha polícia sobe o morro” (*Extra*, 15/09/2011); “Pacificação: ‘Eu vou morrer aqui mesmo’. Policial que perdeu as pernas após explosão de granada em UPP conta como sobreviveu ao ataque do tráfico” (*Extra*, 20/09/2011); “Granadas apreendidas” (*O Globo*, 07/08/2011); “Bandidos voltam a atacar PMs da UPP do São Carlos” (*O Globo*, 19/08/2011); “Operação contra o tráfico em favelas com UPP” (23/07/2011, *O Globo*); “Policiais de UPP prendem 4 por tráfico na Coroa” (*O Glo-*

18 Podemos ver nas matérias: “UPP revitaliza condomínio em Santa Teresa” (*O Globo*, 11/02/2011); “UPP dá de dez” (*O Globo*, 06/04/2011); “Muro que era símbolo da violência é derrubado” (*O Globo*, 05/05/2011); “Lucas Nunes da Silva tem 8 meses e nasceu no Morro Dona Marta. Ele nunca ouviu um tiro” (*Extra*, 26/07/2009); “Caiu o reino dos traficantes de Santa Teresa” (*Extra*, 09/02/2011) etc.

19 O *RJTV*, da TV Globo, também noticiou o evento de 25 de junho de 2011 no Morro da Coroa e o aumento do número de episódios de violência nas cercanias dessa e de outras UPPs, alertando para o que seria um enfraquecimento ou uma crise do programa.

bo, 12/08/2011); “Granadas na Coroa” (Extra, 12/08/2011); “Traficante de favela pacificada é preso em SP” (O Globo, 19/08/2011); “Bandidos voltam a atacar PMs da UPP do São Carlos” (O Globo, 19/08/2011); “A guerra do Rio” (O Globo, 07/09/2011); “Três policiais da UPP presos com R\$ 13 mil” (Extra, 07/09/2011); “Tolerância zero: Porta da rua para o policial que recebe propina” (Extra, 12/09/2011); “Pacificação: A velha polícia sobe o morro” (Extra, 15/09/2011); entre outras.

Nesse mesmo período, surgiam as primeiras matérias destacando a presença de traficantes armados nas favelas com UPPs.

Ontem à noite, homens armados que estavam num carro vermelho mataram os mototaxistas Carlos Henrique Junior, de 29 anos, e Antonio Carlos dos Santos Reis, de 28, que estavam num ponto na Rua Paula Brito, no acesso ao Morro da Divineia, no Andaraí, que já está pacificado. Uma bala perdida feriu uma mulher de 54 anos. O crime ocorreu a cerca de 500 metros da sede da Unidade de Polícia Pacificadora instalada na região (O Globo, 28/06/2011).

Até crimes em nada relacionados com as UPPs foram a elas associados. Assim, o assalto ao Hotel Santa Teresa²⁰ foi anunciado na mídia como tendo sido realizado por um traficante de uma das favelas com UPP no bairro. Seguidas reportagens apresentavam o drama dos funcionários e dos hóspedes, destacando que a “pacificação” das favelas e do bairro de Santa Teresa²¹ estava em xeque com a sucessão de episódios de violência ali novamente notificados:

O assalto nessa madrugada ao Hotel Santa Teresa mancha mais uma vez a imagem do bairro e da cidade. Poucas semanas atrás uma equipe de documentaristas foi assaltada, e uma granada arremedada contra policiais em uma das UPPs do Bairro. Mas o prejuízo do ultimo evento é ainda maior. O Hotel Santa Teresa é um hotel de cinco estrelas, renomado pela sua qualidade apesar do pouco tempo de funcionamento. Santa Teresa acabou de ganhar dezenas de pessoas que irão falar mal do bairro e da cidade. Essa é a segurança que vamos oferecer na Copa e Olimpíadas? Essa é a segurança pós UPP?²²

20 O Hotel Santa Teresa é uma referência em alto padrão de atendimento, com cinco estrelas. Na propaganda veiculada no site do empreendimento, lê-se: “In the true heart of Rio, a unique place with a soul...”

21 O bairro de Santa Teresa é uma referência turística importante para a cidade do Rio de Janeiro. Localiza-se no alto de uma serra entre as zonas Central e Sul da cidade, tendo, por isso, uma vista privilegiada de diferentes pontos do Rio. Os acessos ao bairro ocorrem por escadarias ou por mais de 30 outras vias, nas quais trafegam carros e, em algumas delas, ônibus urbanos e, até recentemente, mas atualmente com serviço suspenso, antigos bondes.

22 <http://www.caoscarioca.com.br/2011/assalto-ao-hotel-santa-teresa/>

Em nota, a Secretaria Especial de Turismo do Rio lamentou o assalto ao Hotel Santa Teresa, na madrugada desta segunda-feira. Para o secretário de Turismo e presidente da Riotur, Antonio Pedro Figueira de Mello, o crime seria um caso isolado, já que o bairro de Santa Teresa é reconhecido por receber turistas e por contar com Unidades de Polícia Pacificadora. Leia a íntegra da nota: “A Secretaria Especial de Turismo do Rio de Janeiro repudia o ocorrido nesta madrugada no Hotel Santa Tereza. O secretário de Turismo e presidente da Riotur, Antonio Pedro Figueira de Mello, diz que trata-se de um fato isolado e que Santa Tereza é um bairro tranquilo e em ascensão para o turismo da cidade, contando ainda com unidades da UPP”²³

A imprensa anunciou diariamente informações referentes ao assalto no Hotel Santa Teresa, até que as investigações comprovaram que esse episódio não tinha relação direta com as UPPs e com traficantes locais, pois o idealizador do assalto foi um ex-funcionário do estabelecimento que havia sido demitido meses antes.

É importante notar que situações ocorridas em UPPs e que não ocupavam frequentemente a agenda da mídia anteriormente – deixando, assim, de causar grande comoção pública²⁴ –, foram reunidas na imprensa a partir do episódio no Morro da Coroa. Essa reunião de casos projetou a insegurança na cidade, difundindo dúvidas quanto ao futuro do programa das UPPs.

Sobre a emergência do ‘segredo público’: controle social e segregação das favelas

Antes do episódio no Morro da Coroa foram apresentados na imprensa casos de violência e corrupção policial em favelas com UPP. No entanto, em torno deles não era estabelecida uma relação necessária com o retorno da “desordem” e da “violência urbana”, como aconteceu depois do caso da Coroa.

Meu argumento é que esse caso ganhou destaque na imprensa porque se tratou, no período pós-UPP, do primeiro episódio de ataque consumado ao Estado, na figura dos policiais. Sua singularidade o tornou notícia e pode ser atestada, assim como sua gravidade, pela visita do secretário de

23 <http://extra.globo.com/noticias/rio/secretaria-de-turismo-lamenta-assalto-hotel-em-santa-teresa-2261465.html#ixzz2QLu38Cxt>

24 O caso do assassinato de um jovem no Morro do Cantagalo, na Zona Sul, em 12/06/2011, por exemplo, assim como uma série de ocorrências violentas nas cercanias das UPPs da Penha, na Zona Norte da cidade.

Segurança Pública, José Mariano Beltrame, ao policial, na madrugada em que ele estava sendo atendido no hospital da corporação. Além disso, a singularidade do caso nesse novo contexto pode ser atestada por sua própria eleição como notícia. Isto é, as diferentes informações e denúncias que chegam à mídia são construídas e assim validadas a partir de critérios de noticiabilidade. Esses critérios foram identificados no início do século XX pelo alemão “Otto Groth, [que] analisou os critérios envolvidos na seleção de eventos de uma redação no trabalho chamado *Die Zeitung*, uma obra de quatro volumes, escrita durante vinte anos, considerada uma enciclopédia do jornalismo” (CEZAR, 2011)²⁵. Entre os critérios inicialmente apontados por Groth e os que o foram em pesquisas posteriores, destaco os seguintes: atualidade, caráter inesperado (em nosso caso, diante da aura da “pacificação” que era apresentada como um sucesso retumbante), personalização (o jovem policial mutilado), frequência (o desdobramento do caso que permitiu o acompanhamento de mais de um mês de matérias relacionadas ao caso da Coroa), clareza (os fatos foram detalhadamente apresentados, revelando a vítima e a presença do algoz, assim como minúcias do ocorrido).

Um elemento importante a aumentar o apelo e, logo, a noticiabilidade desse episódio foi o fato de a granada ter atingido o policial, mutilando-o e remetendo o caso a uma estética de guerra: o soldado PM teve as duas pernas amputadas, saindo do hospital de cadeira de rodas. Nessa chave de análise, o ataque ao Estado poderia vir a revelar sua fragilidade, o que parecia insuportável à sociedade carioca, embalada pela retórica salvacionista em torno das UPPs, conforme demonstram matérias destacadas no início do artigo.

O caso da Coroa fez emergir publicamente o “medo do retorno do medo” porque colocava em dúvida a possibilidade de sustentação e eficácia das UPPs ao longo do tempo. Sendo assim, esse evento marcaria um ponto de inflexão na cobertura da grande mídia sobre o programa das UPPs, expressando novos e contraditórios sentimentos e expectativas em relação a elas.

Antes do evento, a mídia anunciava a cidade como um espaço de maior segurança e mobilidade para as camadas altas e médias, assim como para os moradores de favelas, que estariam sendo libertados do jugo de traficantes armados

25 Ver também Aguiar (2006).

no território. As análises em torno da caracterização ou não das UPPs como uma política pública ou um programa, sua identificação como polícia de proximidade ou não, debates em curso nos meios acadêmicos, tinham pouca repercussão na grande mídia, porque expunham críticas mais estruturais ao programa, enfatizando a reprodução de condutas históricas do Estado na direção das populações faveladas. O que as matérias naquele período destacavam com frequência era a importância das UPPs para o cidadão de todas as camadas sociais no que dizia respeito à garantia do cumprimento das mais variadas rotinas com segurança como a ida e volta do trabalho e da escola.

Diante do episódio na Coroa, o *segredo público* (TAUSSIG, 1999) ficou evidente. Aciono essa noção para me referir ao que, na perspectiva desse autor, é amplamente conhecido na sociedade e que, em situações extremas, é (ou pode vir a ser) publicizado. Mas essa sorte de revelação do segredo não o enfraquece, pelo contrário, argumenta o autor.

Ainda assim, e se a verdade não é tanto um segredo quanto é um segredo *público*, como é o caso do mais importante conhecimento social, *saber o que não saber*? Então o que acontece ao ato inspirado de desfiguração (*defacement*)? Destruiria o segredo ou somente o fortaleceria? Pois não são segredos compartilhados a base de nossas instituições sociais, locais de trabalho, o mercado, a família e o estado? Não é o segredo público o mais interessante, a mais poderosa, mais dissimulada e ubíqua forma de conhecimento social ativo que existe? O que chamamos de doutrina, ideologia, consciência, crenças, valores, e mesmo discurso, pálidos em meio à insignificância sociológica e a banalidade filosófica, por comparação: por isso a tarefa e a força viva do segredo público de manter a zona limite na qual o segredo não é destruído por sua exposição, mas submetido a uma sorte de revelação muito diferente, que lhe faz justiça (TAUSSIG, 1999, pp. 2-3).

No caso por mim analisado, o segredo público a emergir foi o fato de a garantia da mobilidade urbana, da “cidade pacificada”, se sobrepôr ao questionamento dos meios mobilizados para o seu alcance. O segredo público revelado era também o de que a política pública anunciada como “nova” guardava práticas pretéritas, descor-

tinando as mesmas antigas formulações e modulações de operação do Estado. Sendo assim, a ação policial violenta e discriminatória na direção de moradores de favelas “suspeitos” ou as negociações entre policiais e traficantes eram questionadas por pesquisadores e por alguns moradores das favelas, que se reuniam em fóruns, seminários e grupos de pesquisa. Nesses mesmos espaços era denunciada uma blindagem ao programa. Ela estaria sustentada em uma gama de fatores dos quais destaco: o baixo interesse de camadas médias e altas em torno dos impactos negativos causados na vida dos moradores de favelas com a implementação das UPPs, pois como foi noticiado na grande imprensa, efeitos colaterais na “guerra” contra o tráfico e contra a “violência urbana” deveriam ser esperados²⁶; os interesses econômicos que giram em torno do Rio de Janeiro como uma cidade negócio²⁷.

Por isso, em lugar de uma crítica contundente ao modelo de segurança pública implementado, as reportagens veiculadas na grande mídia anunciavam o “medo do retorno do medo”, ou seja, o clima emocional em torno de uma vivência difusamente compartilhada de “desordem urbana”. Era o medo do retorno à conjuntura anterior às UPPs.

Com a eclosão da insegurança adormecida depois do evento crítico, os jornais noticiaram o que eram apresentadas como demandas de diferentes atores na direção de ações mais “enérgicas” do Estado, ou seja, ações que, conforme são anunciadas por seus próprios agentes, no mais das vezes, resultam no uso descontrolado da força. Mostraram a precariedade do trabalho policial e suas demandas pelo uso de fuzis nas favelas, como vimos anteriormente. O cinturão de segurança que o governo do estado vinha estabelecendo na cidade estava sendo questionado, mas também solicitado²⁸. São muitas as matérias sobre esse cinturão. Destaco a de 31/06/2011 de *O Globo*, por ser a primeira a falar explicitamente de sua formação e da implantação das UPPs obedecendo a uma ordem espacial que visaria à proteção das áreas mais nobres da cidade e daquelas em torno de estádios e de grandes vias de acesso à cidade, em razão da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Pois conforme já mencionei, o segredo público, publicizado em decorrência do caso na Coroa, informava que,

26 Colocações dessa ordem podiam ser observadas em espaços de encontro entre gestores públicos e moradores de bairros e favelas cariocas. Para os Conselhos Comunitários de Segurança e outros fóruns entre 2009 e 2010, ver Vital da Cunha (2012).

27 Ver Leite (2014), integrante deste dossiê.

28 Como no caso exemplar do Projeto de Segurança de Ipanema, uma iniciativa dos moradores locais. Ver www.psipanema.blogspot.com

29 Como se vê nas matérias “Policiais da UPP Coroa/Fallet/Fogueteiro apreendem arma e drogas na comunidade do Fogueteiro” (O Globo, 08/06/2012); “Dois policiais da UPP são baleados no morro da Coroa” (O Globo, 15/09/2012); “Morre policial baleado no morro da Coroa” (O Globo, 16/09/2012); “Morre sargento baleado em confronto com traficantes em área da UPP do Morro da Coroa” (Extra, 16/09/2012). Interessante notar que em matérias de *O Globo* não aparece nenhuma associação com a UPP, um índice possível de tentativa de blindagem, de manutenção de uma força moral do programa. Já no *Extra*, jornal que tem o maior número de leitores na Zona Norte e na Baixada Fluminense, a referência à UPP é clara. Evidenciando a existência de leitores mais críticos ao programa, o que é também possível constatar em mídias alternativas (www.rebaixada.org; www.redecontraviolenca.org; www.contextolive.com.br; www.anf.org.br; entre outros).

30 O que fica evidenciado em editoriais, em artigos de colonistas no jornal *O Globo* e também com a formação de uma página no Facebook, “Deixem o Rio em Paz”, criada em 14/08/2013, depois de uma série de ataques a unidades do AfroReggae em favelas.

31 Sobre a rotinização do programa das UPPs, ver Machado da Silva, neste dossiê.

32 Como nos casos mais recentes na Rocinha, com a morte do pedreiro Amarildo, em 2013, e a eclosão de episódios de violência e assassinatos de moradores e de policiais no Alemão, em 2014.

acima da necessidade do controle da ação policial violenta na direção das populações dos territórios da pobreza e de crítica à manutenção da ordem pública pela repressão em grande parte extralegal, estava o controle da insegurança, estava a garantia da “cidade pacificada”.

Muitos episódios de violência em favelas com UPPs foram noticiados posteriormente ao evento aqui analisado no Morro da Coroa. Inclusive, nessa mesma favela, em setembro e novembro de 2012, policiais foram baleados por traficantes²⁹, mas o caso não teve a mesma repercussão que em 2011, nem gerou a comoção midiática daquele evento. A propaganda salvacionista em torno das UPPs voltou³⁰ correndo ao lado dos questionamentos à sua estrutura e eficácia.

Um ponto de inflexão no programa das UPPs após o “ataque aos policiais” no Morro da Coroa poderia levar a modulações legítimas nas atividades policiais em momento de rotinização do programa³¹, mas, de 2011 até o momento de escrita deste artigo, o que a mídia mais apresenta são episódios que apontam para o enfraquecimento das ações sociais ligadas à UPP, a emergência de conflitos, a constância de casos de violência policial³² e contra os policiais em favelas “pacificadas”, e o aumento nas taxas de homicídio, de assaltos, da desconfiança, do medo. A insegurança adormecida “acorda” e as reportagens veiculadas na grande mídia apresentam o retorno da desconfiança, da desordem urbana, do cenário anterior à implementação das UPPs, embora divulguem iniciativas e análises sobre a necessidade de retomar a força moral e operacional que teria revelado tempos atrás.

Referências

- AGUIAR, Leonel Azevedo. (2006), “O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: Notas introdutórias”. *Alceu*, Vol. 7, nº 13, pp. 73-84.
- ALDÉ, Alessandra [e] CHAGAS, Viktor. (2005), “Blog de política e identidade jornalística”. *Pauta Geral*, Vol. 12, nº 7, pp. 17-25.
- BENEVIDES, Maria Victoria. (1983), *Violência, povo e polícia: Violência no noticiário da Imprensa*. São Paulo, Brasiliense.
- BORBA, Felipe. (2008), “A influência das campanhas nas eleições presidenciais”. *Civitas*, Vol. 8, nº 2, pp. 300-322.
- CANO, Ignacio (coord). (2012), “Os donos do morro: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro” (relatório de pesquisa). São Paulo/Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)/Laboratório de Análise da Violência (LAV/Uerj), Disponível (on-line) em <http://www.lav.uerj.br/relat2012.html>
- CEZAR, Janaína. (2011), “Critérios de noticiabilidade na reportagem da Folha de S. Paulo”. *Observatório da Imprensa, Diretório Acadêmico, Informação & Notícia*, nº670. Disponível (on-line) em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_criterios_de_noticiabilidade_na_reportagem_da_folha_de_spaulo
- CUNHA, Neiva Vieira [e] FELTRAN, Gabriel de Santis (orgs). (2013), *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lamparina.
- FELIX, Carla Baiense. (2012), *Territórios proibidos: A construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais*. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, UFRJ.
- FRIDMAN, Luis Carlos. (2014), “Delegação de poder discricionário: O sonho de paz”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 7, nº 4, pp. 611-623.

- HENRIQUES, Ricardo [e] RAMOS, Sílvia (2011), “UPP Social: Ações sociais para a consolidação da pacificação”. Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa de 2011 do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível (on-line) em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>
- KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel [e] MIRANDA, Ana Paula M. de. (2000), “Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: Uma bibliografia”. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 50.
- LEITE, Márcia Pereira. (1997), “Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: Temas e imagens do Reage Rio”. Cadernos de Antropologia e Imagem, nº 4.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MELO, José Marques de; MOREIRA, Sonia Virgínia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs). (2005), Pensamento comunicacional brasileiro. São Paulo, Intercom.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). (2008), Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- _____. (2010), “Afinal, qual é a das UPPs?”. Observatório das Metrópoles. Disponível (on-line) em http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf
- MENEZES, Palloma Valle. “Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus”. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 7, nº 4, pp. 665-684.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2004), “Mídia e vínculo eleitoral”. Opinião Pública, Vol. 10, nº 1, pp. 91-111.
- MUSUMECI, Leonarda; MOURÃO, Bárbara Musumeci; LENGRUBER, Julita; RAMOS, Sílvia (orgs). (2013), “Ser policial de UPP: Aproximações e resistências”. Boletim Cesec/Ucam, Ano 12, nº 14.

- RAMOS, Silvia [e] MUSUMECCI, Leonarda. (2005), Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, Civilização Brasileira.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. (2007), Mídia e violência: Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- REIS, Elisa. (2000), Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, nº 42.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz [e] SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (2013), “Mega Sporting Events in Brazil: Transformation and Marcantilisation of Cities”. Território, Vol. 64, pp. 54-60.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raiza [e] LISSOVSKY, Maurício (orgs). (2012), “Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões”. Comunicações do ISER, Ano 31, nº 67.
- SILVA, Edilson Márcio. (2010), Notícias da violência urbana: Um estudo antropológico. Niterói, EdUFF.
- _____. (2011), “Imprensa e processos de produção da verdade: Representações midiáticas das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro/Brasil”. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador (BA).
- SILVA, Eduardo. (1998), As queixas do povo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOARES, Luiz Eduardo. (1996), “O inominável, nosso medo”. Em: Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- _____. (2000), Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo, Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Thomás Rosa Pinto de. (2008), O Estado pautado pela mídia: Um estudo das relações de poder ocultas no processo de criação do mito midiático “Marcinho VP”. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ.

TAUSSIG, Michael. (1999). *Defacement: Public Secrecy and the Labor of the Negative*. Stanford (EUA), Stanford University Press.

VELHO, Gilberto [e] ALVITO, Marcos (orgs). (2000), *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV.

VITAL DA CUNHA, Christina. (2012), “A cidade para os civilizados: Significados da ordem pública em contextos de violência urbana”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 5, nº 2, pp. 211-232.

ZALUAR, Alba. (2004), *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

RESUMEN: El artículo **El temor de una vuelta del miedo: Un punto de inflexión en el programa de la UPP** tiene como objetivo reflexionar sobre la creación de un punto de inflexión en el informe de los medios sobre las Unidades de Policía Pacificadora (UPP). Esta transición demostraría un cambio en los sentimientos y expectativas de los habitantes de Río de Janeiro con la política de seguridad pública implantada en la provincia, presentada por las autoridades y publicada en la prensa como la más eficaz hasta los días de hoy. El análisis toma como objeto artículos de los diarios *O Globo* y *Extra* sobre las favelas llamadas Coroa, Falset y Fogueteiro, en el centro de Río, entre enero del 2007 y octubre del 2011, y muestra cómo los episodios de violencia generan un miedo de la vuelta del miedo.

Palabras clave: UPP, medios de comunicación, favelas, seguridad pública, inseguridad durmiente

CHRISTINA VITAL DA CUNHA (chrisvital@uol.com.br) é professora do Departamento de Artes e Estudos Culturais e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT), da Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Rio das Ostras (UFF/Puro, Brasil), integrante do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade Urbana (Cevis) e colaboradora do Instituto de Estudos da Religião (Iser). É doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e bacharel e licenciada em ciências sociais pela UFF (Niterói, Brasil).